

## Exibir resultados

Entrevistado

8

Anônima

114:18

Tempo para  
concluir

## 1. Declaração LGPD

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, os respondentes devem permitir, de forma explícita, consciente e espontânea, que as instituições utilizem os dados informados para fins específicos. Dessa forma, cabe informar antes as condições deste Formulário e do uso das informações:

- Todas informações (inclusive a identificação) são públicas; não haverá informações protegidas ou sigilosas, visto o princípio da transparência presente no instituto da Consulta Pública e não haver captação de dados que possam ser considerados sensíveis.

- As contribuições, análises e resultados serão integralmente disponibilizadas no âmbito do processo, também de acesso público, e a guarda dos dados se dará nos sistemas internos da ANP, especificamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

- O dono de informações pessoais pode retirar o seu consentimento a qualquer tempo, momento no qual seus dados pessoais serão restringidos e passam a não ser utilizados.

- Os respondentes são os responsáveis por suas respectivas manifestações. Identificação ou informações falsas podem se caracterizar como crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal.

### Declaração \*

☒ Estou de acordo e declaro que estou ciente.

## 2. Identificação do(a) responsável pelas contribuições \*

Marilia Salim Kotait

**3. Informe seu perfil: \***

- ☒ Agente Econômico
- ☐ Órgão de Classe ou Associação
- ☐ Órgão de Defesa do Consumidor
- ☐ Instituição Governamental
- ☐ Organização Não Governamental (ONG)
- ☐ Consumidor ou Usuário de Serviços
- ☐ Outra

**4. Representa alguma empresa, organização, associação, etc? \***

- ☒ Sim
- ☐ Não

**5. Informe o nome da sua organização \***

Raízen S.A.

**6. Informe seu cargo na organização: \***

Advogada

**7. Informe seu e-mail de contato: \***

marilia.kotait@raizen.com

# ESTUDO DO PROBLEMA REGULATÓRIO IDENTIFICADO

Seção 4 da Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ

## 8. Pergunta 4.1 - O problema regulatório e as causas raízes foram corretamente identificados?

O problema regulatório e as causas raízes foram identificados de forma incompleta na Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ ("Nota Técnica"). Da forma como descrito na Nota Técnica, aponta-se que o problema regulatório refere-se, tão somente, ao "papel do produtor de derivados" no serviço de armazenagem (par. 9º). Ocorre que, na medida em que existe vedação regulatória para a prestação de serviços de armazenagem por parte de diversos outros agentes regulados, parece-nos que o problema regulatório em discussão deve ser revisto e entendido de forma mais ampla. Com efeito, ao invés de realizar análise restrita à situação dos produtores de derivados, a ANP deveria reavaliar as restrições à prestação de serviços de armazenagem por diferentes agentes e infraestruturas presentes na cadeia de produção, distribuição e comercialização de combustíveis líquidos. O recorte desta Consulta Prévia trata de apenas uma das diversas possibilidades que hoje são vedadas ou não previstas pela regulação, situação que impõe restrições injustificadas e ônus desiguais, e que precisa ser reavaliada de forma ampla pelo Regulador. Principalmente considerando as recentes aberturas de mercado, tais como a permissão da venda direta de etanol hidratado entre produtor e TRR ou posto revendedor, e de derivados entre produtor e consumidor final, todas as demais restrições regulatórias à prestação de serviços de armazenagem ou à cessão de espaço por outros agentes regulados, deveriam ser reavaliadas, sob um olhar sistêmico. Se assim não for, caso se admita a prestação de serviços de armazenagem apenas pelo produtor de derivados, se ampliará o escopo de atuação de apenas um dos elos da cadeia, sem que haja qualquer preocupação relacionada à isonomia entre os demais e à criação ou intensificação de assimetrias regulatórias e concorrenciais. Analisar apenas o caso específico descrito na Nota Técnica restringe uma discussão mais ampla, necessária e urgente, a ser conduzida pela ANP. Inclusive, sem a realização de uma abordagem mais ampla e que envolva todas as infraestruturas de armazenagem que possuem restrições regulatórias à prestação de serviço de armazenagem, a própria credibilidade dos subsídios coletados nessa Consulta Prévia estará comprometida. Por este motivo, parece-nos que, sem a revisão do problema regulatório, fica prejudicado o envio de respostas aos demais questionamentos sugeridos.

## 9. Pergunta 4.2 - Existem causas raízes que não foram identificadas?

10. **Pergunta 4.3 - Além da dedução realizada pela SPC de que o problema regulatório referiu-se à potencial concorrência entre refinadores e terminais aquaviários em bases desiguais, há outra interpretação possível ao problema regulatório identificado desse histórico?**

11. **Pergunta 4.4 - Existem outros elementos relevantes que foram desconsiderados na análise histórica do processo de revisão que resultou na atual redação do art. 26 da Resolução ANP nº 852/2021?**

12. **Pergunta 4.5 - Todas as atividades de armazenagem e movimentação devem ser consideradas como um único mercado pela ANP?**

13. **Pergunta 4.6 - A limitação da oferta do serviço de armazenagem por produtores de derivados de petróleo limita a concorrência no mercado de armazenagem?**

14. **Pergunta 4.7 - Qual a motivação técnica, econômica ou concorrencial para limitar a oferta dos serviços de armazenagem por parte dos produtores de derivados de petróleo?**

15. **Pergunta 4.8 - A atual limitação da oferta de serviço de armazenagem dos produtores de derivados de petróleo instituiu reserva de mercado ao excluir esses agentes da oferta desse serviço?**

16. **Pergunta 4.9 - No caso de um produtor de derivados de petróleo sem acesso às instalações que a legislação nacional garante o direito de terceiros a acessarem, qual é a justificativa técnica, econômica ou concorrencial para limitar a oferta do serviço de armazenagem?**

17. **Pergunta 4.10 - Como as normativas que garantem o direito de terceiros acessarem às instalações de transporte de combustíveis regulados pela ANP amparam a restrição à atividade de armazenagem por parte dos produtores, tal como alegado pelo parágrafo 4.19 do Parecer nº 7/SIM-CAL?**

18. **Pergunta 4.11 - A "função primordial", tal como delimitado no Parecer nº 7/SIM-CAL, dos produtores de derivados de petróleo e dos terminais terrestres é um item habitual em análises concorrenciais? Há amparo teórico para a análise de diferentes "funções primordiais" na promoção da concorrência no mercado de armazenagem de produtos regulados pela ANP?**

19. **Pergunta 4.12 - À luz das diretrizes emanadas pela LEI 13.874/2020, particularmente seus artigos 2º e 4º, a atual restrição à atividade de armazenagem em produtores de derivados de petróleo visando limitar a atuação desse agente a sua "função primordial", tal como delimitado no Parecer nº 7/SIM-CAL, é justificada do ponto de vista concorrencial?**

20. **Pergunta 4.13 - No caso da REFAP, a substituição do produtor de derivados de petróleo por terminal terrestre, considerando a sua "função primordial", é elemento suficiente para promover a concorrência naquele mercado?**

21. **Pergunta 4.14 - No caso da REFAP, como a sua conversão em terminal terrestre alteraria o direito de terceiros acessarem o duto de transporte ou o sistema de transporte? Quais as implicações da sua conversão em terminal terrestre para o direito de terceiros acessarem o sistema de transporte?**

22. **Pergunta 4.15 - Existe alguma restrição ou limitação a atuação de agentes da cadeia produtiva do petróleo na operação ou propriedade de terminais terrestres? Mais precisamente, a Petrobras pode continuar a operar eventual terminal terrestre a partir da segregação dos tanques de armazenagem da REFAP ou há algum impedimento regulatório/legal?**

23. **Pergunta 4.16 - Consegue identificar mais impactos positivos ou negativos em cada agente listado? Quais?**

24. **Pergunta 4.17 - Existem outros atores impactados direta ou indiretamente que não foram identificados? Quais?**

**25. Pergunta 5.1 - Existe base legal adicional que não foi citada? Qual?**

## DEFINIÇÃO DO OBJETIVO

Seção 6 da Nota Técnica nº 6/2023/SPC-CREG/SPC/ANP-RJ

**26. Pergunta 6.1 - O objetivo geral está bem delimitado?**

**27. Pergunta 6.2 - Existem outros elementos a serem incorporados ao objetivo? Quais?**